

17.setembro.2020 – 14H00

## RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

**Entidade:** Portugal Activo | AGAP

Elementos identificados na [página da Comissão](#).

**Recebidos por:** Deputados Eduardo Barroco de Melo (PS), Bruno Aragão (PS), Maria da Graça Reis (PS), Firmino Marques (PSD), Maria Gabriela Fonseca (PSD), Alexandre Poço (PSD), António Cunha (PSD), Pedro Alves (PSD), Alma Rivera (PCP).

**Assunto:** "Apresentar um conjunto de medidas que visam promover o Exercício Físico pela população"

### Exposição:

A Deputada Maria Gabriela Fonseca (PSD), que presidiu à reunião, começou por cumprimentar os membros da delegação da Portugal Activo | AGAP.

Depois de explicar os termos em que se iria proceder a audiência, foi dada a palavra aos membros da delegação, os quais expuseram as razões para a audiência, que ora se resumem:

- A AGAP é uma associação sem fins lucrativos;
- Necessidade de aproveitar a pandemia causada pela doença covid-19 para alterar o status quo;
- A taxa de iva de 23% era muito elevada e grave para o setor;
- Em Portugal, o exercício físico tinha a taxa mais baixa de penetração da Europa, sendo antes da pandemia de 7% e agora bem mais reduzida. Como exemplo, na Alemanha a taxa de penetração era de 17%;
- Não há projeção de que a taxa de penetração da prática de exercício físico em Portugal venha a aumentar após a pandemia;
- Há muitos clubes a encerrar, aumentando o desemprego;
- Os portugueses são muito resistentes à mudança e a redução da taxa do Iva poderia funcionar como catalisador para a atração de investimento;
- A redução da taxa de iva é essencial para o aumento da prática física dos portugueses, aumento do investimento e da consequente receita fiscal;

- Necessidade de benefícios fiscais em sede de IRS. Dando o exemplo da Alemanha, que em 2017 apresentou benefícios fiscais de €400/ano das despesas em ginásios, passando de uma taxa de penetração de 4% para 17%;
- Presentemente é uma situação de rutura necessária para garantir o bem-estar da população;
- Os ginásios perderam mais de 50% de sócios;
- O setor do desporto abrangia, antes da pandemia, 17.000 postos de trabalho diretos e 30.000 postos de trabalho indiretos.

As razões que sustentam o pedido de audiência encontram-se melhor descritas no [pedido](#) desta.

Intervieram depois os Deputados Eduardo Barroco de Melo (PS) e Maria Gabriela Fonseca (PSD) que apresentaram várias questões e observações.

Às questões colocadas pelos Deputados seguiram-se os esclarecimentos dos depoentes, que ora se resumem:

- No passado tinha existido uma má gestão da redução da taxa do Iva;
- A redução da taxa do Iva incitava mais investimento, mais clubes, mais população a praticar desporto, mais receita fiscal para o Estado;
- A redução da taxa do Iva iria reduzir a pressão fiscal das empresas;
- As expectativas das empresas rodam a perda de 50% a 60% da receita antes da pandemia;
- Manifestaram elevada preocupação com o futuro, pois esta redução de receita implicará um elevado desemprego;
- Tinham boas relações com o Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, mas não tinham recebido acolhimento às suas propostas;
- Tentaram desenvolver com a Direção Geral da Saúde um protocolo de referenciação de utentes dos centros de saúde para os clubes, programa esse gratuito durante as primeiras 6 semanas;
- Os benefícios fiscais em sede de IRS iriam aumentar a receita fiscal do Estado, pois vários Treinadores Pessoais estavam em regime de prestação de serviços e não passavam faturas quando davam treinos fora dos clubes;
- Era essencial uma redução dos benefícios fiscais para promoção do exercício físico;
- Dois anos e meio antes tinham apresentado um estudo sobre os malefícios da inatividade física em Portugal;
- Se o número de praticantes de exercício físico duplicar, decresce os custos do Sistema Nacional de Saúde (SNS) em 30% e aumenta a receita fiscal do Estado.



Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto

---

A gravação áudio da audiência está disponível na [página da Comissão na internet](#), constituindo parte integrante deste relatório, o que dispensa maiores desenvolvimentos nesta sede.

Palácio de São Bento, 17 de setembro de 2020

O assessor

Filipe Xavier